



CSR/SME

Promoting Social Responsibility
in Small and Medium Size Enterprises

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

ESTADO DA ARTE EM PORTUGAL

2004

FICHA TÉCNICA

Título: Responsabilidade Social das Empresas – Estado da Arte em Portugal - 2004

Edição: Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CECOA)

Coordenação: Cristina Dimas

Autoria: Gonçalo Rebelo Pinto

Design e Composição: João Sotomayor Design, Lda.

Impressão: SpeedMedia, Lda.

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: Maio 2004

Tiragem: 300

Para mais informações:

CECOA

Rua da Sociedade Farmacêutica, 3

1169-074 Lisboa

Cristina Dimas

Gabinete de Estudos e Projectos

estudos@cecoa.pt

www.cecoa.pt



ÍNDICE.....	3
AGRADECIMENTOS.....	5
NOTA PRÉVIA.....	6
SIGLAS MAIS UTILIZADAS.....	7
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	8
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Descrição do País.....	10
1.1.1. População (2003).....	10
1.1.2. Desempenho Económico (2003).....	10
1.1.3. Estrutura do Sector Empresarial (1999).....	10
1.1.4. Convenções Internacionais subscritas por Portugal.....	10
1.2. História da RS em Portugal.....	11
1.3. Panorama da RS em Portugal.....	11
1.3.1. Situação da RS em Portugal.....	11
1.3.2. Principais Factos relativos à RS ocorridos em 2003.....	12
1.3.3. Tendências Previsíveis da RS.....	12
CAPÍTULO 2. ÉTICA NOS NEGÓCIOS.....	13
2.1. Utilização de Declarações Formais.....	13
2.2. Governação das Empresas.....	13
2.2.1. Códigos de Conduta.....	13
2.2.2. Diálogo com os <i>Stakeholders</i>	13
2.2.3. Transparência.....	13
2.3. Relatórios.....	13
2.3.1. Informação Financeira e Auditorias.....	13
2.3.2. Relatórios e Auditorias de Responsabilidade Social.....	14
2.3.3. Certificações relacionadas com a RS.....	14
2.3.4. Ferramentas de RS.....	15
CAPÍTULO 3. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	16
A – Vertente Interna.....	16
3.1. Gestão de Recursos Humanos.....	16
3.1.1. Aprendizagem ao Longo da Vida.....	16
3.1.2. Equilíbrio entre a Vida Profissional, a Família e os Tempos Livres.....	16
3.1.3. Igualdade de Oportunidades.....	17
3.1.4. Encargos com Protecção Social Voluntária.....	18
3.2. Saúde e Segurança no Trabalho.....	18
3.3. Adaptação à Mudança.....	20
B - Vertente Externa.....	20
3.4. Comunidades Locais.....	20
3.4.1. Patrocínios.....	20
3.4.2. Voluntariado Empresarial.....	21
3.5. Parceiros de Negócio, Fornecedores e Consumidores.....	21
3.5.1. Desenvolvimento de Parcerias de Médio e Longo Prazo.....	21
3.5.2. Opção por Fornecedores Socialmente Responsáveis.....	22
3.5.3. Marketing Responsável.....	22
3.5.4. Acessibilidade.....	22
3.6. Direitos Humanos.....	23
3.7. Rótulos Sociais.....	23
3.8. Iniciativa de Comércio Justo.....	23

CAPÍTULO 4. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.....	24
4.1. Gestão dos Impactos Ambientais e dos Recursos Naturais	24
4.1.1. Minimização dos Impactos Ambientais.....	24
4.1.2. Abordagem do Ciclo de Vida do Produto	24
4.1.3. Rótulo Ecológico Europeu.....	24
4.1.4. Poupança no Consumo dos Recursos Naturais.....	24
4.2. Preocupações Ambientais Globais.....	24
4.3. Práticas de Desenvolvimento Sustentado	25
CAPÍTULO 5. INVESTIMENTO SOCIALMENTE	26
RESPONSÁVEL (ISR)	26
5.1. Ratings Sociais	26
5.2. Fundos Éticos	26
5.3. Empresas listadas em Índices Sociais.....	26
CAPÍTULO 6. ENQUADRAMENTO LEGAL DA RSE	27
6.1. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.....	27
6.2. Balanço Social	28
6.3. Formação Profissional	28
6.4. Protecção das Mulheres, Minorias e Portadores de Deficiência	28
6.5. Investimento Socialmente Responsável e Fundos de Pensões	28
CAPÍTULO 7. INICIATIVAS NACIONAIS DE APOIO À RSE	30
7.1. Apoios Financeiros às Certificações Sociais e Ambientais	30
7.2. Benefícios Fiscais sobre os Donativos.....	30
7.3. Prémios de RSE.....	30
7.3.1. EXAME – Prémio de Boas Práticas de Responsabilidade Social das Empresas	30
7.3.2. CITE – “Prémio Igualdade é Qualidade”	31
7.3.3. IDICT – Prémio “Prevenir mais, para Viver melhor no Local de Trabalho”	31
7.4. Índices Sociais.....	31
7.5. Iniciativas Regionais ou Locais	31
CAPÍTULO 8. OUTRAS INICIATIVAS DE RS	32
8.1. Marketing relacionado com Causas.....	32
8.2. Estudos sobre RS (2000 - 2003).....	32
8.3. Organizações que se dedicam à RSE.....	33
8.4. Principais Eventos relacionados com RSE em 2003.....	34
8.5. Cobertura da RSE pelos Media em 2003	35
CAPÍTULO 9. OPORTUNIDADES E OBSTÁCULOS À RSE	36
9.1. Principais Motivações das Empresas para serem Activas no Campo da RS	36
9.2. Benefícios Identificados pelas Empresas	36
9.3. Barreiras Existentes ao Envolvimento em Actividades de RS	37
9.4. Conclusões.....	38
INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO DE RS (KPIs) 2003	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40



AGRADECIMENTOS

O CECOIA agradece a todos aqueles que contribuíram para a elaboração deste relatório, nomeadamente:

- Gonçalo Torres Pernas, da Associação RSE Portugal, pela entrevista que nos concedeu;
- Rita Serrano, do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), entidade parceira do Observatório Europeu das PME, responsável em Portugal pelo estudo *“European SMEs and Social and Environmental Responsibility”* (2001);
- Stéphane Laurent, do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), pelas informações relativas à iniciativa de Comércio Justo em Portugal;
- Delfina Pinto, da Direcção Geral da Indústria (DGI) – Ministério da Economia, pela s informações relativas ao Rótulo Social Europeu em Portugal.

O CECOIA agradece ainda à Professora Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a importante contribuição dada no capítulo relativo ao Enquadramento Legal da Responsabilidade Social em Portugal, particularmente, no que se refere ao novo Código do Trabalho.

NOTA PRÉVIA

Este relatório é o primeiro dos produtos a conceber no âmbito do Projecto “CSR/SME – Promoting Corporate Social Responsibility in Small and Medium Size Enterprises”, um projecto europeu desenvolvido com o apoio do Programa Leonardo da Vinci, promovido pelo Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CECOA) e tendo como países parceiros a Áustria, a Estónia, a Itália, a Holanda e a Hungria. O projecto decorre até final de 2005.

O presente documento é a edição, em português, do relatório produzido na língua inglesa e que conjuntamente com os relatórios dos restantes países que compõem a parceria deste projecto e com um relatório síntese e comparativo entre as realidades dos diferentes países, constitui o relatório final sobre o “Estado da Arte” da Responsabilidade Social das Empresas (RSE) nos países pertencentes à parceria.

O objectivo deste trabalho foi a recolha e sistematização de informação útil para as fases seguintes do projecto. Estamos conscientes das limitações e méritos decorrentes do contexto em que foi produzido. Não se trata, portanto, de um trabalho acabado, mas de um documento, que pode e deve, continuar a ser melhorado, no futuro.

A recolha de dados realizou-se até Maio de 2004, pelo que, toda a informação deve ser lida à luz deste enquadramento temporal.

A sua estrutura inspirou-se no Livro Verde da Comissão Europeia “Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas”.

Neste relatório, aliás como em todo o projecto, a definição aceite de Responsabilidade Social das Empresas é a adoptada pela Comissão Europeia no seu Livro Verde e que refere a “**Responsabilidade Social das Empresas como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas**”.

Na verdade, esta definição realça a natureza voluntária da Responsabilidade Social das Empresas, afirmando que RSE é tudo aquilo que as empresas façam, no campo social e ambiental, que vá para além das suas obrigações legais, razão pela qual, optámos no seio da parceria do projecto, por uma aproximação mais complexa e abrangente à temática, nomeadamente dedicando um capítulo à descrição genérica do enquadramento legal no qual as empresas operam, em cada um dos países. Foram duas as razões que estiveram na génese desta escolha:

- Os seis países envolvidos no projecto encontram-se em diferentes patamares de desenvolvimento político, económico, social e ambiental;
- As exigências legais são bastantes distintas de país para país pelo que, o simples facto, de uma empresa actuar de acordo com os requisitos mínimos legais num país com um quadro legal particularmente exigente, faz com que esta tenha um desempenho social e ambiental de longe mais eficaz do que a de uma empresa que se considere uma “boa cidadã”, baseando esta consideração no seu comportamento voluntário de integração de práticas de responsabilidade social, num país em que as exigências legais são menores.

Temos consciência de que algumas das áreas não terão sido tratadas com a profundidade que mereciam. Deparamo-nos com inúmeras dificuldades ao nível da recolha de dados, considerando a abrangência da matéria em causa. Apesar de tudo, optámos por adoptar uma estrutura alargada, que nos torne a todos conscientes do caminho que falta percorrer.

Fazemos votos de que, aqueles que pela primeira vez, contactam com esta matéria, em particular as PME's, encontrem nele uma fonte de inspiração e que os especialistas de cada uma das áreas tratadas nos ajudem a melhorar, fazendo chegar, até nós, críticas construtivas, sugestões e comentários.

Alexandra Costa Artur
Directora do CECOA

SIGLAS MAIS UTILIZADAS



CE – Conselho da Europa

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISP – Instituto de Seguros de Portugal

ISR – Investimento Socialmente Responsável (em inglês, SRI)

KPIs – Indicadores Chave de Desempenho (do inglês, *Key Performance Indicators*)

MSST – Ministério da Segurança Social e do Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PMEs – Pequenas e Médias Empresas (em inglês, SMEs)

RS – Responsabilidade Social

RSE – Responsabilidade Social das Empresas (em inglês, CSR)

UE – União Europeia

UE 15 – União Europeia, antes do alargamento de 1 de Maio de 2004

UE 25 – União Europeia, após o alargamento de 1 de Maio de 2004

SUMÁRIO EXECUTIVO

Portugal aparece em 21.º lugar no “*National Corporate Responsibility Index 2003*” publicado pela *AccountAbility*, atrás de todos os restantes países da EU 15 à excepção da Grécia e imediatamente à frente do Japão e dos EUA.

Em Março de 2000, o Conselho Europeu aprovou a “*Agenda de Lisboa 2010*”, uma estratégia para a renovação económica, social e ambiental da UE. De então para cá, apareceram no país novas organizações dedicadas à RSE e o interesse pelo tema registou um aumento significativo. Este tópico está agora a emergir como disciplina autónoma dentro da gestão, mas ainda continua a ter um nível baixo de prioridade para a maioria dos empresários e gestores portugueses.

Os relatórios sociais e ambientais são escassos. O impacto real das políticas e programas raramente é medido e o *business case* da RSE ainda não é aceite pela maioria dos decisores.

Algumas das grandes empresas começam a integrar a RSE nas suas estratégias de negócio, assumindo um papel muito mais activo neste campo e comprometendo-se, para além das exigências legais, no campo social e ambiental. Nessas empresas, a gestão de topo, a gestão de recursos humanos, as relações públicas e o *marketing* são normalmente os departamentos que se encarregam do assunto.

De acordo com um estudo realizado pela MORI para a *CSR Europe* em meados de 2000, em Portugal, o conceito de RSE ainda não é do conhecimento do cidadão comum. No entanto, 66% são da opinião que as empresas deviam dar mais importância ao assunto, 20% recomendariam a outras as empresas socialmente responsáveis, 70% admitem que o compromisso de uma empresa com responsabilidade social poderia influenciar as suas decisões de compra e cerca de um terço estaria disponível para pagar mais por um produto social e ambientalmente responsável.

Em Dezembro de 2002, a Novadelta tornou-se a primeira empresa portuguesa a obter a certificação de responsabilidade social SA 8000 e desde então tem vindo a ser reconhecida como estudo de caso e exemplo de boas práticas, a nível internacional, na indústria do café.

Em Janeiro de 2003, o Conselho Económico e Social publicou um importante parecer de iniciativa sobre a RSE. Ao longo do ano, o assunto foi tema de capa da revista “*Exame*” por duas vezes, a primeira das quais publicou, em dossier, um Guia contendo uma lista de empresas socialmente responsáveis e uma descrição dos seus principais projectos sociais e ambientais. Em Maio, realizou-se a conferência do *road-show* da *CSR Europe*, organizada pela recém criada Associação RSE Portugal. Ao longo do ano, ocorreram cerca de 20 eventos relacionados com o tema, que mobilizaram cerca de 2.500 participantes – um número sem precedentes – e surgiram os primeiros estudos locais sobre RSE.

O *marketing* relacionado com causas ainda é relativamente jovem, mas está a crescer a bom ritmo.

Há poucos produtos disponíveis com o rótulo ecológico europeu (um total de 43, de 18 empresas distintas, dos quais apenas 8 fabricados em Portugal, por 4 empresas) e nenhum rótulo social.

A economia paralela é significativa e em 2003, Portugal classificou-se em 25.º lugar (o mesmo do ano anterior) no Índice de Percepção de Corrupção publicado pela *Transparency International*, acima da Itália e da Grécia, bem como de todos os novos países membros da UE.

Portugal mantém-se na cauda da tabela da UE 15 em alguns indicadores importantes, tais como o rendimento per capita, produtividade, escolaridade, formação ao longo da vida e taxa de mortalidade nos acidentes de trabalho. Em matéria de escolaridade, Portugal aparece mesmo em último lugar da UE 25. Tendo em conta esta situação particular, a vertente interna da RSE assume ainda maior importância do que noutros países da UE.

A legislação ambiental portuguesa é muito avançada, mas o nível de incumprimento é significativo. Apesar de ter assinado o Protocolo de Kyoto, Portugal está longe de ser um país modelo, a nível europeu, em matérias tais como o controlo do efeito de estufa, a poluição dos rios e a reciclagem dos resíduos urbanos e industriais. No final de 2003, 243 empresas tinham a certificação ISO 14001 e 14 estavam registadas no *Eco Management Auditing Scheme* (EMAS), uma performance modesta no contexto europeu.

Para além de algumas multinacionais, poucas empresas portuguesas publicam declarações escritas de visão e valores, missão, princípios de negócio e códigos de conduta.

Em Portugal, não existem Fundos Éticos e apenas três empresas estão listadas em índices bolsistas sociais.

De acordo com um estudo publicado no relatório 2002/No 4 do Observatório Europeu das PME dois terços das PME portuguesas praticam alguma forma de RS externa, embora a maioria o faça de modo informal e sem lhe dar esse nome.

A cultura e o desporto são as principais actividades apoiadas, seguidas pela saúde e pela assistência social. Os donativos, em dinheiro ou em espécie, são a forma de apoio mais popular. Portugal tem mesmo a mais elevada taxa de donativos da Europa, apesar de estes serem habitualmente feitos numa base casuística e irregular.

As práticas de voluntariado empresarial são escassas e concentram-se nas empresas de maior dimensão.

De acordo com a mesma fonte, os principais motivos para que as PME sejam socialmente activas são a ética e a melhoria das relações com a comunidade e os poderes públicos. Os principais benefícios identificados são a melhoria das relações com a comunidade e os poderes públicos (40%, o valor mais elevado da UE 15) e o aumento da lealdade dos clientes, mas muitas empresas (36%) não foram capazes de identificar nenhum benefício concreto. Os obstáculos apontados à RSE externa são a falta de informação (sobretudo nas empresas mais pequenas), seguida pela falta de tempo e a consideração de que, esta, não tem relação com o negócio. A falta de fundos de tesouraria também é apontada como um obstáculo, principalmente nas empresas de menor dimensão.

No que respeita ao ambiente, o cumprimento da lei, a poupança de custos, a melhoria da imagem e a pressão dos clientes são as principais motivações para que as empresas actuem de forma responsável. Os principais obstáculos são a falta de recursos humanos e financeiros, a atitude e cultura das empresas e a falta de informação.

A atitude, de uma maneira geral, e a falta de informação sobre os assuntos, em particular, aparecem como denominador comum em matéria de responsabilidade social e ambiental das empresas, sobretudo ao nível das PME.

Esta conclusão reforça a importância da implementação de campanhas de informação sobre RSE em Portugal, bem como a necessidade de elaborar conteúdos formativos e promover acções de formação nestas áreas, destinadas a empresários e dirigentes, principalmente das PME, aos organismos do Estado e ao terceiro sector.



CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1. Descrição do País

1.1.1. População (2003)

Área: 93.033 km²
População Total: 10.4 milhões
População activa: 5.4 milhões (51.7%)
Emprego feminino: 2.5 milhões (46% do total da população activa)
Salário/hora médio na indústria: 6.9 €
Índice de população com estudos secundários completos (25-64 anos): 20.6%
Religião dominante: católica (94%)

1.1.2. Desempenho Económico (2003)

PIB per capita: 9.170 €
Evolução do PIB: (-) 1.3%
Défice público: 2.8%
Taxa de inflação: 3.2%
Taxa de desemprego: 6.4% (7.3% para as mulheres e 14.6% para os jovens)

1.1.3. Estrutura do Sector Empresarial (1999)

Em 1999 havia 1.14 milhões de negócios registados, dos quais apenas 212.580 (19%) eram empresas e os restantes (81%) eram empresários em nome individual (ENI). A explicação reside na obrigatoriedade de registo nas Finanças por parte de trabalhadores por conta própria mesmo que só desenvolvam actividades pontuais.

Quadro 1: Peso das Empresas pelo Volume de Emprego e de Negócios – 1999 ⁽¹⁾

	EMPRESAS		VOLUME DE EMPREGO		VOLUME DE NEGÓCIOS (10 ⁶ €)	
	#	%	#	%	#	%
MICRO	172.835	81.3	550.283	24.1	35.971	17.6
PEQUENAS	32.070	15.1	613.499	26.8	35.001	17.1
MÉDIAS	6.638	3.1	530.364	23.2	48.448	23.7
PMES	211.543	99.5	1.694.146	74.1	119.420	58.4
GRANDES	1.037	0.5	590.948	25.9	85.153	41.6
TOTAL	212.580	100.0	2.285.094	100.0	204.573	100.0

(1) De acordo com os critérios da EU.

Fonte: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI).

1.1.4. Convenções Internacionais subscritas por Portugal

Nações Unidas (ONU)

Portugal é membro da ONU e assinou a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).



Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Portugal é membro da OIT desde 1919, tendo ratificado setenta e oito das suas Convenções, incluindo as mais importantes nos seguintes domínios:

- Domínio “Trabalho Escravo”: # 29 – Trabalho escravo; # 105 – Abolição do trabalho escravo;
- Domínio “Liberdade de Associação”: # 87 – Liberdade de associação e direito de organização; # 98 direito de organização e negociação colectiva;
- Domínio “Discriminação”: # 100 – Igualdade de remuneração; # 111 – Emprego e ocupação;
- Domínio “Trabalho Infantil”: # 138 – Idade mínima para trabalhar (16); # 182 – Formas mais gravosas de trabalho infantil.

Conselho da Europa (CE)

Portugal assinou e ratificou mais de metade das Convenções do Conselho da Europa (99 das 195 existentes). No entanto, não assinou ou ratificou algumas das convenções/protocolos relacionados com a responsabilidade social que já se encontram em vigor:

- # 130 – Convenção sobre *Insider Trading* (entrou em vigor em 1991);
- # 133 – Protocolo à Convenção sobre *Insider Trading* (entrou em vigor em 1991);
- # 174 – Lei Civil sobre a Corrupção (entrou em vigor em 2003).

Portugal também subscreveu o Protocolo de Kyoto, relativo ao controlo do efeito de estufa (1997).

1.2. História da RS em Portugal

A tradição de intervenção social em Portugal remonta ao século XV, quando foram fundadas as Misericórdias, muito ligadas à Igreja Católica. Durante o Estado Novo (1926-1974), o modelo corporativo favoreceu o domínio das principais empresas por um número restrito de famílias, tendo florescido algumas iniciativas a favor dos empregados, consideradas socialmente avançadas para a época, embora em alguns casos, de carácter paternalista. Este equilíbrio dinástico quebrou-se após a Revolução de 1974, com o fenómeno das nacionalizações e a instalação de uma economia social.

As questões ambientais nunca se fizeram sentir de forma muito intensa, talvez pelo facto de o nível de industrialização não ser muito elevado. Os níveis de poluição eram relativamente baixos, comparativamente aos de outros países europeus. Nos últimos anos, no entanto, houve mudanças substanciais e alguns indicadores ao nível da poluição atmosférica e das águas, construção selvagem e destruição do património ambiental levaram à introdução de legislação ambiental exigente, sobretudo impulsionada por pressões e financiamentos por parte da União Europeia.

Tradicionalmente, a responsabilidade social tem vindo a ser praticada de modo informal por uma elevada percentagem das empresas, incluindo PME's. No entanto, o tema só viria a emergir como disciplina de gestão autónoma na sequência da Cimeira Europeia de Lisboa, em Março de 2000.

1.3. Panorama da RS em Portugal

1.3.1. Situação da RS em Portugal

De acordo com um estudo realizado em 12 países pela empresa MORI, a pedido da organização CSR Europe em Setembro de 2000, o conceito de RS é pouco conhecido do público português. No entanto, 66% pensa que as empresas deviam dar mais atenção ao tema (média europeia de 58%). 20% recomendaria a outros uma empresa socialmente responsável (média europeia de 25%) e 70% admite que as suas decisões de compra poderiam ser influenciadas pelo comportamento social de uma empresa; 28% estaria disposto a pagar mais por um produto social e ambientalmente responsável (média europeia de 44%), contra 36% que não estaria (média europeia de 37%).

A percentagem de consumidores que podem ser considerados “activistas da RS” é muito baixa (3%, contra uma média europeia de 26%).

As actividades que recebem mais apoios são a cultura e o desporto, seguidas pela saúde e apoio social. Os donativos em dinheiro ou em géneros são a forma mais frequentemente utilizada, normalmente numa base casuística e descontínua. Portugal detém mesmo o recorde europeu neste tipo de apoios.

A legislação ambiental é actualmente das mais avançadas da UE, mas os níveis de incumprimento são significativos. Apesar de ter assinado o Protocolo de Kyoto, Portugal não tem conseguido resultados significativos ao nível do controlo do efeito de estufa, poluição dos rios e reciclagem de resíduos sólidos urbanos e industriais.

1.3.2. Principais Factos relativos à RS ocorridos em 2003

Durante o ano de 2003, o tema da RS teve um significativo “boom” em Portugal:

- Apareceram novas organizações relacionadas com a RS;
- O Conselho Económico e Social publicou um importante parecer sobre o tema;
- A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) actualizou o seu regulamento relativo ao governo das sociedades cotadas;
- Ocorreram as primeiras condenações em tribunal por delitos de *insider trading*;
- Tiveram lugar diversos eventos sobre RSE, alguns deles com numerosa assistência;
- Aumentaram as campanhas de marketing relacionado com causas;
- A Novadelta tornou-se a primeira empresa portuguesa a obter a certificação de responsabilidade social segundo a norma SA 8000 (Dezembro 2002);
- Aumentou o número de relatórios de RS publicados pelas empresas;
- Aumentou o número de estudos realizados sobre o tema;
- A comunicação social dedicou ao assunto um espaço sem precedentes;
- A RS entrou na agenda das administrações de muitas das principais empresas;
- Apareceram empresas de consultadoria a oferecer serviços nesta área.

1.3.3. Tendências Previsíveis da RS

A análise das principais tendências aponta no sentido de um aumento da importância da RS nos próximos anos, em linha com a “Estratégia de Lisboa” da UE: “Fazer da Europa até 2010 a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de alcançar um desenvolvimento económico sustentável, com mais e melhor emprego e maior coesão social e respeitando o ambiente”.

O movimento tenderá a descer, lentamente, do nível das multinacionais e grandes grupos portugueses para o tecido das PME.

A notoriedade do tema tenderá a subir, tal como a abordagem estratégica ao mesmo.

As iniciativas de RS serão cada vez mais relacionadas com o próprio negócio da empresa.

Os elementos de que dispomos prenunciam que o número de empresas listadas em índices sociais ou certificadas de acordo com normas internacionais de RS registará um aumento significativo.

CAPÍTULO 2. ÉTICA NOS NEGÓCIOS



2.1. Utilização de Declarações Formais

À excepção de algumas filiais de multinacionais, poucas são as empresas portuguesas que apresentam declarações escritas de visão e valores, missão, princípios de negócio e código de conduta.

2.2. Governação das Empresas

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) publicou o seu regulamento 11/2003, de 2 de Dezembro, relativo ao governo das sociedades cotadas, no qual se prevê que estas indiquem expressamente nos relatórios que indiquem eventuais incumprimentos nesta matéria, acompanhados da respectiva justificação. No final da década de 90, as empresas portuguesas cotadas estavam muito atrasadas nesta matéria, mas têm vindo a aproximar-se rapidamente das suas congéneres europeias, existindo mesmo algumas que já se distinguem pela positiva.

2.2.1. Códigos de Conduta

Os Códigos de Conduta escritos são raros em Portugal. A maioria das organizações actua de acordo com a cultura informal dominante, baseada na tradição oral e na leitura que os colaboradores fazem do comportamento dos seus líderes.

O empresário comum acha que “não é preciso escrever estas coisas, porque as pessoas sabem muito bem o que devem fazer”. Na verdade, os portugueses revelam alguma dificuldade no cumprimento de regras, por isso evitam escrevê-las, convencidos que assim ficam com maior liberdade para interpretar a realidade de acordo com as conveniências.

2.2.2. Diálogo com os Stakeholders

A maioria dos empresários e gestores não fomenta o diálogo com as partes interessadas e pratica-o apenas em situação de crise ou quando não têm alternativa.

Alguns sindicatos ainda utilizam abordagens desligadas da necessidade de adaptação à evolução da economia.

O mercado de capitais é relativamente controlado. No entanto, ainda subsistem atropelos aos direitos dos minoritários. Foram introduzidas regras mais apertadas sobre o *insider trading*. Em 2003, pela primeira vez em Portugal, ocorreram condenações em tribunal por este tipo de crimes de abuso de informação privilegiada.

2.2.3. Transparência

É necessário incentivar, em Portugal, uma maior transparência no governo das sociedades, pois, em 2003, Portugal ocupou o 25.º lugar no Índice de Percepção de Corrupção publicado pela *Transparency International* (mesma posição que em 2002), acima da Grécia e da Itália, bem como dos novos países membros da UE.

2.3. Relatórios

2.3.1. Informação Financeira e Auditorias

No âmbito da sua actividade de supervisão do mercado de capitais, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) instaurou, em 2003, noventa e quatro processos de contra-ordenação, dos quais metade foi decidida no próprio ano. Os ilícitos referentes à difusão de informação foram os mais frequentes (27%), seguidos dos referentes aos deveres dos intermediários financeiros (22%) e dos relacionados com a comunicação de participações qualificadas (20%).

Por outro lado, muitos pequenos e médios empresários portugueses ainda encaram a contabilidade apenas como uma formalidade fiscal e não a valorizam enquanto ferramenta de gestão. A evasão fiscal continua a ser um problema nacional, existindo ao nível das empresas, dos profissionais liberais e empresários em nome individual.

2.3.2. Relatórios e Auditorias de Responsabilidade Social

São poucas as empresas portuguesas que publicam relatórios de responsabilidade social. Embora seja difícil obter valores precisos, estimamos que o seu número seja inferior a cinquenta. Em www.corporateregister.com encontramos vinte e cinco. Alguns destes têm poucos ou nenhuns indicadores numéricos, o que indicia que são produzidos mais como instrumento de marketing do que como reflexo de um evidente compromisso com a RS.

2.3.3. Certificações relacionadas com a RS

A Certificação de Empresas chegou a Portugal no início da década de 90, inicialmente apenas no âmbito da Qualidade.

Em Dezembro de 2003, mais de 3000 empresas portuguesas estavam certificadas pela Norma ISO 9001. As certificações ambientais tais como a ISO 14001 chegaram no final dos anos 90, seguidas de outros referenciais, entre os quais o *Eco Management Auditing Scheme* (EMAS), as *Occupational Health and Safety Assessment Series* (OHSAS 18001), a *Hazard Analysis and Critical Control Points* (HACCP) – utilizada na indústria alimentar – e a *Social Accountability* (SA 8000). O Quadro 2 apresenta os dados relativos às empresas portuguesas certificadas nestes referenciais internacionais naquela data.

Quadro 2: Nº de Certificações relacionadas com RS em Portugal – Dezembro 2003

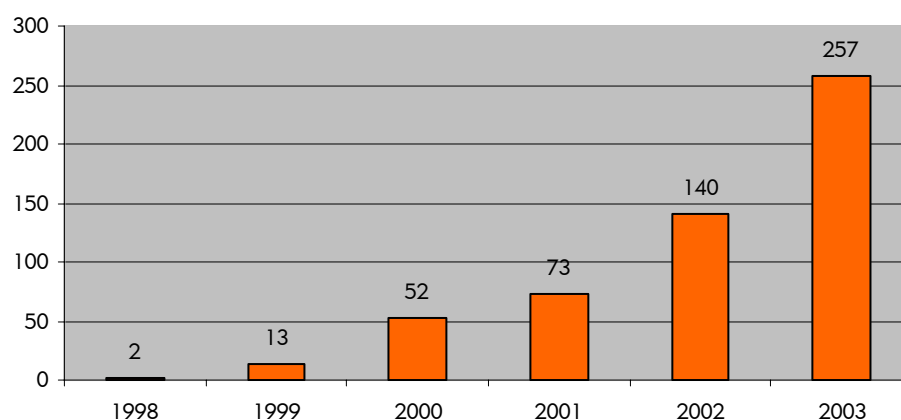
REFERENCIAL	SA 8000	ISO 14001	EMAS ⁽¹⁾	OHSAS 18001	HACCP
Nº DE CERTIFICAÇÕES	1	243	14	54	21

(1) Registos.

A Novadelta foi a primeira empresa portuguesa a obter a certificação de responsabilidade social SA 8000, em Dezembro de 2002. Esta empresa tem sido, aliás, reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho em prol da implementação de práticas de sustentabilidade em Timor-Leste, sendo considerada um *case-study* internacional no sector dos cafés. Neste momento, algumas empresas prepararam-se para lhe seguir os passos e alcançar também esta certificação.

Apesar dos números ainda serem modestos, as certificações relacionadas com a RS estão a crescer a ritmo elevado, especialmente no que respeita à norma ambiental ISO 14001 (Figura 1).

Figura 1: Evolução das Certificações Ambientais ISO 14001 / EMAS (Portugal - 1998-2003)



2.3.4. Ferramentas de RS

Não existe ainda nenhum instrumento de auto-avaliação disponível em Portugal. A Associação RSE Portugal e o INDEG-ISCTE estão a desenvolver, em parceria, uma ferramenta de autodiagnóstico para grandes empresas. Está também em fase de tradução e adaptação a ferramenta "SME Key" desenvolvida pela *CSR Europe*. Espera-se que, ambas venham a estar disponíveis, ainda, em 2004.



CAPÍTULO 3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A – Vertente Interna

Portugal ocupa os últimos lugares na maioria dos indicadores de desenvolvimento social na Europa dos 15. O nível de escolaridade, formação ao longo da vida, incidência de acidentes de trabalho e acidentes de viação são alguns dos exemplos. Em alguns deles, como é o caso da escolaridade, é mesmo ultrapassado por todos os novos 10 países da UE.

Dada esta situação, a vertente interna da RS adquire uma importância acrescida relativamente a outros países da UE. Além disso, existem importantes diferenças entre as grandes e as pequenas empresas, que as estatísticas globais não revelam.

Historicamente, algumas das grandes empresas disponibilizam aos seus colaboradores serviços de natureza social, tais como cantinas, apoio para estudos e mesmo creches e infantários. Também são frequentes os grupos desportivos e as associações de empregados apoiadas pelas empresas.

As fundações de empresa são raras e a maioria delas visam o apoio de actividades externas. Algumas, como a Fundação Salvador Caetano, destinam-se a apoiar os colaboradores do Grupo e as suas famílias.

3.1. Gestão de Recursos Humanos

3.1.1. Aprendizagem ao Longo da Vida

Como já foi referido, Portugal tem um nível de escolaridade baixo, sendo o mais baixo da Europa dos 25.

Efectivamente, apenas 20.6% das pessoas entre os 25 e os 64 anos completaram o ensino secundário. O abandono escolar antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano) foi recentemente estimado em 45%.

Infelizmente, a formação ao longo da vida também apresenta índices preocupantes. Esta conjugação de factores ajuda a explicar, em grande parte, o nosso baixo nível de produtividade.

De acordo com o inquérito à execução de acções de formação profissional referente a 2001, publicado pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST), apenas 17.1% das empresas (excluindo as micro empresas) organizaram acções de formação, envolvendo 18.8% do total de colaboradores. Estes valores apresentam uma forte correlação positiva com a dimensão da empresa.

A média de horas de formação por participante foi de 25.7 e o custo médio por formando de 279.5€.

A formação profissional de aperfeiçoamento representa 84% do total de formação nas empresas, enquanto a formação inicial não ultrapassa os 11%.

3.1.2. Equilíbrio entre a Vida Profissional, a Família e os Tempos Livres

De acordo com as estatísticas do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST), a média de horas trabalhadas por pessoa e por semana no ano 2000 foi de 36.9.

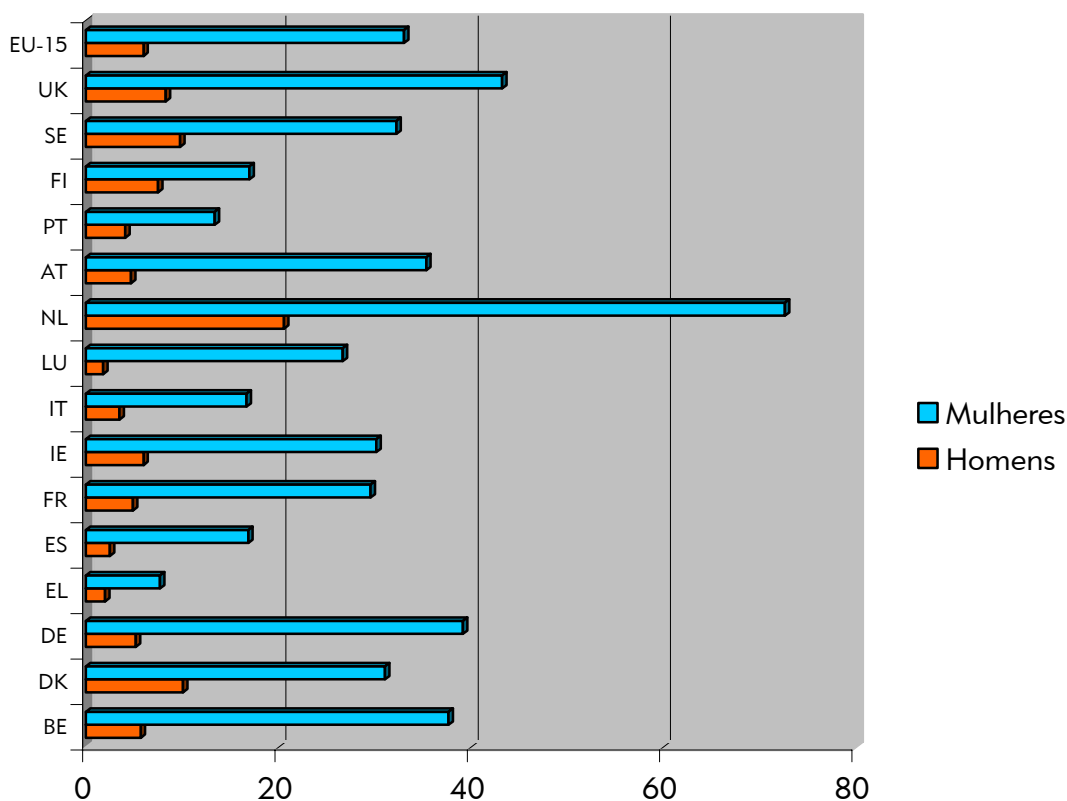
No entanto, é sabido que Portugal é um dos países da Europa onde se trabalha até mais tarde, sobretudo os quadros e os trabalhadores por conta própria, sem que tal se traduza, necessariamente, em acréscimo de produtividade. Muitos portugueses têm por hábito fazer pausas prolongadas ao longo do dia e mesmo trabalhando mais horas, estas acabam por ser insuficientes para compensar os tempos perdidos. Algumas pessoas, sobretudo aquelas que auferem menores rendimentos, mantêm situações de duplo emprego para ajudar a equilibrar o orçamento familiar.

Segundo o EUROSTAT, Portugal tem uma taxa elevada de emprego feminino (45.5%), superior à média da UE 15 (43%) e de longe a mais elevada dos países da Europa do Sul.

Por outro lado, a percentagem de trabalhadores em *part-time* é baixa (total: 8.3%; mulheres: 13.4%) quando comparada com a média da UE 15 (total: 17.7%; mulheres: 33.1%).



Figura 2: % de Trabalhadores em *part-time* em 2002 UE15



Fonte: EUROSTAT - European Labour Force Survey (LFS)

A oferta de creches e jardins-de-infância é um factor de grande importância para permitir às jovens mães igualdade de oportunidades em termos de carreira profissional. Em Portugal, apesar dos esforços feitos nos últimos anos, a oferta pública destes serviços ainda não é suficiente. Mesmo quando existem, os horários de funcionamento são desajustados em relação ao horário de trabalho dos pais, provocando desequilíbrios familiares e stress acrescido no final do dia.

Ao contrário do que acontece em alguns países da Europa, em Portugal o orçamento do Estado não apoia financeiramente as jovens mães trabalhadoras que queiram reduzir temporariamente a quantidade de horas trabalhadas e adoptar um esquema de *part-time*. Como são poucas as que podem prescindir de uma parte do seu rendimento, esta opção acaba por ser posta de parte pela maioria.

A rede de transportes públicos é deficiente e os tempos de comutação tendem a ser elevados, sobretudo para quem vive nos subúrbios das maiores cidades, como Lisboa e Porto.

Alguns dos factos acima referidos poderão ser a causa da elevada taxa de absentismo, que em Portugal ronda os 7.6%.

Tendo em conta o acima exposto, o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é um tema importante, a merecer maior atenção por parte dos empregadores e das autoridades, nomeadamente ao nível da definição de políticas e apoios.

3.1.3. Igualdade de Oportunidades

É de registar que, apesar de actualmente mais de 60% das licenciaturas serem concluídas por mulheres, elas ainda ocupam menos de um terço dos lugares de chefia.

O desemprego feminino em 2003 foi de 7.3%, um terço mais alto do que o masculino.

Em Portugal, tal como acontece noutros países da Europa do Sul, são as mulheres que asseguram a maior parte do trabalho doméstico, independentemente do seu estatuto profissional.

A incidência nacional de doenças profissionais relacionadas com *stress*, depressão e ansiedade é muito elevada nas mulheres portuguesas (33.4% em 1999, contra 20.2% na UE 15), ao contrário do que acontece nos homens.

A taxa de desemprego juvenil em 2003 foi de 14.6%, mais do dobro da taxa nacional (6.4%). Em consequência, os jovens têm dificuldades acrescidas em conseguir contratos de trabalho que não sejam a termo certo, situação que não favorece a igualdade de oportunidades.

3.1.4. Encargos com Protecção Social Voluntária

A contribuição das empresas para a segurança social é de 23.25% da massa salarial, enquanto os trabalhadores contribuem com 11%. Os trabalhadores por conta própria têm um esquema diferente e pagam 25% (ou 32%, com direito a subsídio de doença).

A segurança social é garantida pelo Estado, mas existem à disposição dos interessados, esquemas de previdência privada suplementar.

Algumas empresas, sobretudo as maiores, contribuem para Fundos de Pensões, quer para cumprir obrigações assumidas em convenções colectivas de trabalho, quer por sua livre iniciativa. No entanto, este tipo de esquemas abrange apenas uma pequena parte da população.

De acordo com “Balanço Social 2000” – publicado pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST) e relativo a empresas com 100 ou mais colaboradores – a protecção social voluntária representa 15.2% do total de encargos com pessoal, estando este indicador fortemente relacionado com a dimensão da empresa. 69.2% deste valor é confiado à gestão de entidades externas à empresa, nomeadamente fundos de pensões.

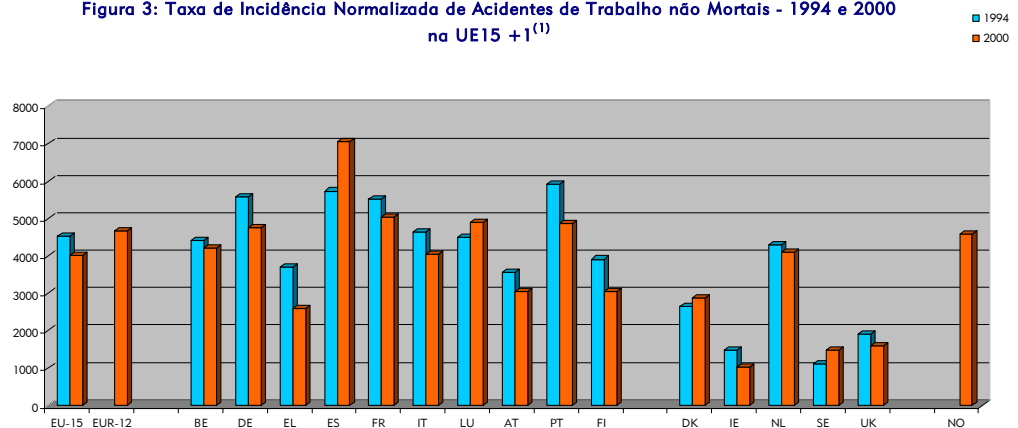
Os casos de política de contribuições conjuntas (*matching funds*) são muito raros.

3.2. Saúde e Segurança no Trabalho

Este é um campo em que não existe uma verdadeira cultura, a todos os níveis da sociedade portuguesa. Parte da explicação reside na baixa taxa de literacia e na deficiente educação cívica da população. Portugal tem graves problemas no âmbito da saúde e segurança no trabalho.

De acordo com as estatísticas de acidentes de trabalho do EUROSTAT, no ano 2000, foram registados 234 192 acidentes de trabalho, dos quais 368 mortais. 76.9% dos acidentes originaram dias perdidos, sendo a média destes de 36. Por sexo, 81% dos envolvidos eram homens. Por idade, o grupo dos 25 aos 34 anos ocupa o primeiro lugar, com 27% do total.

Figura 3: Taxa de Incidência Normalizada de Acidentes de Trabalho não Mortais - 1994 e 2000 na UE15 +1⁽¹⁾



(1) Número por 100 000 pessoas empregadas.

Fonte: EUROSTAT - Estatísticas Europeias dos Acidentes de Trabalho (ESAW).

No que respeita a acidentes mortais, a faixa dos 45 aos 54 anos lidera, com 24%, seguida da faixa dos 25 aos 34 (21%) e da dos 35 aos 44 (20%).

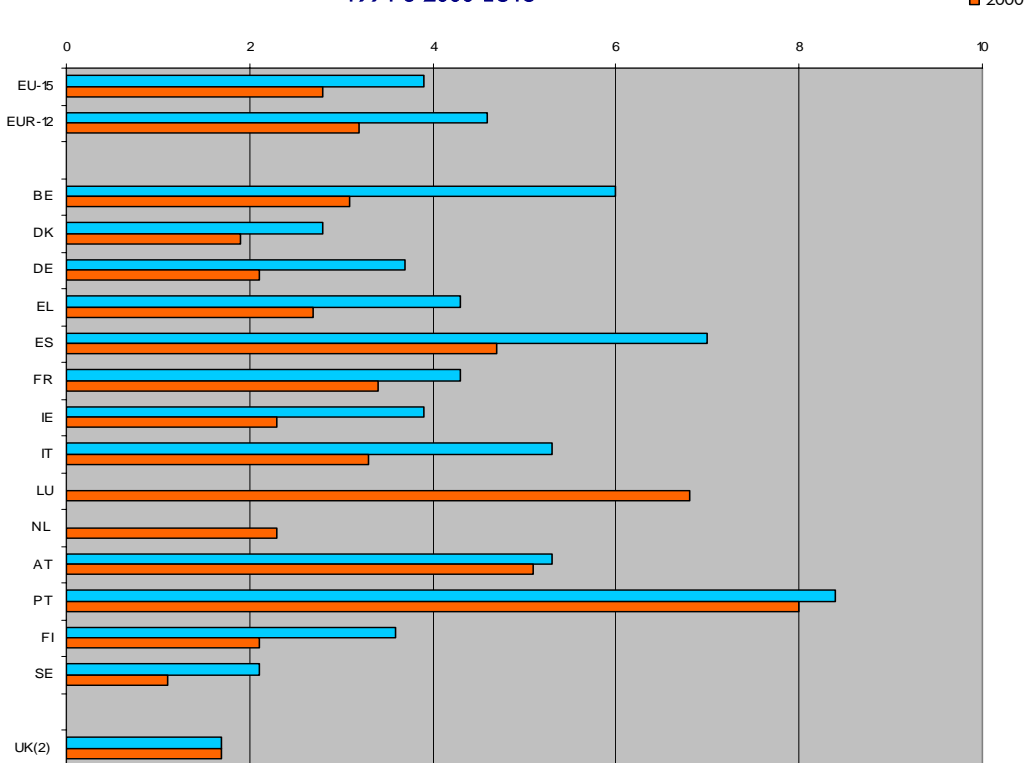
Por sector de actividade, a indústria manufactureira aparece em primeiro lugar no total de acidentes, com 37% e a da construção em segundo, com 22%. Quanto aos acidentes mortais, a construção (28%) ultrapassa a indústria manufactureira (21%).



A taxa de incidência normalizada de acidentes não mortais (por 100 000 trabalhadores) em 2000 (Figura 3) foi de 5.546.9. A indústria extractiva apresenta a taxa de incidência mais elevada, seguida da pesca, construção e indústrias transformadoras.

A taxa de acidentes mortais no local de trabalho em Portugal, também em 2000 (Figura 4), foi de 8 por mil, de longe a taxa mais elevada na UE 15 e quase o triplo da média europeia (2.8).

Figura 4: Taxa de Incidência Normalizada de Acidentes Mortais no Local de Trabalho 1994 e 2000 EU15 (1)



(1) Número por 100 000 pessoas empregadas. Exclui acidentes de viação e de transporte.

(2) Reino Unido: dados relativos somente à Grã-Bretanha.

Fonte: EUROSTAT - Estatísticas Europeias dos Acidentes de Trabalho (ESAW).

Estes números reflectem o baixo nível de atenção dedicado à segurança no trabalho em Portugal, onde o problema se coloca ao nível das mentalidades individual e empresarial. Não se investe em políticas e práticas de prevenção.

Resiste-se ao cumprimento de regras e tende-se a ser descuidado, confiando que os acidentes só acontecem aos outros. Por vezes, os equipamentos de segurança existem, mas os trabalhadores optam por não os utilizar, por comodidade, ignorância ou teimosia. Infelizmente, no que respeita à segurança, esta mentalidade acaba por resultar em custos elevados para o indivíduo e para a sociedade.

Por outro lado, alguns empresários procuram o lucro imediato, ignorando regras básicas de segurança e não providenciando os equipamentos de protecção adequados. O problema é particularmente grave no sector da construção, no qual os imigrantes ilegais têm um peso significativo.

A segurança no trabalho tem vindo a assumir uma importância crescente. O número de empresas com certificação OHSAS 18001 em 2003 era muito baixo (54), mas quase todas elas foram conseguidas nos dois últimos anos. É de assinalar, que a este esforço correspondeu uma diminuição do número de acidentes mortais, que baixaram 44% no mesmo período.

No que respeita a doenças profissionais, não encontramos estatísticas desagregadas por país relativas à taxa de incidência global. Na repartição relativa por tipo de doença, os homens têm padrões semelhantes aos seus congéneres europeus. Como já acima referimos, as mulheres apresentam taxas de incidência particularmente elevadas nas doenças relacionadas com stress, depressão e ansiedade (34.3 % do total, 70% acima da média UE 9 e 125% acima dos homens portugueses), o que reflecte a dificuldade que vivenciam no equilíbrio entre os diversos papéis que são chamadas a desempenhar.

3.3. Adaptação à Mudança

Nos últimos dois anos, a taxa de desemprego tem apresentado uma tendência altista, bem como o tempo médio gasto à procura de novo emprego, sobretudo entre as mulheres e as pessoas com menores habilitações literárias.

Em alguns sectores tradicionais, o modelo português de desenvolvimento baseado em salários baixos apresenta evidentes sinais de esgotamento. Esta situação particular, conjugada com a valorização do Euro nos mercados internacionais, conduziu ao aparecimento de problemas de desemprego estrutural, sobretudo devido à deslocalização de indústrias trabalho-intensivas do sector têxtil, da electrónica e outros, particularmente ao nível das multinacionais. Muitas das empresas onde uma elevada percentagem da força de trabalho auferia o salário mínimo, foram obrigadas a esmagar progressivamente as margens para se manterem competitivas, enquanto outras diminuíram a actividade ou tiveram mesmo que encerrar.

Em alguns casos foi possível encontrar soluções socialmente responsáveis para situações de mudança organizacional acentuada, contratando serviços de *outplacement* ou promovendo a criação de micro empresas pelos ex-colaboradores, mas estes bons exemplos são a excepção.

O impacto social destas situações é mais significativo quando a empresa em questão é relativamente grande e está localizada junto a uma pequena localidade. Este poderia ser o caso de Campo Maior, vila do interior alentejano onde quase 70% da população depende dos Cafés Delta, uma empresa reconhecida pelo seu comportamento socialmente responsável. Rui Nabeiro, fundador e proprietário, recusou várias propostas de compra de multinacionais do sector, alegando que não suportaria ver morrer a sua terra, na sequência de uma provável deslocalização da produção para uma zona mais acessível, perto do mar e dos centros de consumo.

B - Vertente Externa

3.4. Comunidades Locais

3.4.1. Patrocínios

De acordo com o Relatório 2002/N.º 4 "*European SMEs and Social and Environment Responsibility*" do Observatório Europeu das PME, os donativos em dinheiro são claramente a forma preferida das empresas portuguesas contribuírem para actividades sociais, culturais ou desportivas. Inquéritos conduzidos junto de PME europeias colocam as portuguesas como as campeãs dos donativos, com 80% de incidência entre as empresas socialmente activas. Em Portugal, os peditórios são uma forma instituída de obtenção de fundos. Campanhas como as do "Pirilampo Mágico" ou da Liga Portuguesa contra o Cancro adquiriram uma elevada notoriedade e aceitação.

Os donativos em espécie são menos frequentes.

As instituições do terceiro sector não são por natureza orientadas para o *marketing*.

Poucas apresentam as suas iniciativas de uma forma apelativa e adequada àquilo a que as empresas são sensíveis. Na sua maioria, são entidades pouco habituadas a demonstrar no final de que forma foi gasto o apoio recebido, excepto quando se trata do Estado. São menos imaginativas do que o desejado e optam pela solução mais fácil de pedir apoio financeiro. A experiência demonstra que esta forma de actuar não é a mais eficaz. Os gestores preferem financiar projectos concretos a financiar instituições e estão mais abertos a dar contribuições em espécie relacionadas com a sua área de negócio, desde que os pedidos sejam bem apresentados e haja cabimento de verbas.

A ligação entre a actuação das empresas em matéria de RS e os seus negócios constitui a excepção (cerca de 22%). Na maioria dos casos, as contribuições são de natureza ocasional sem ligação estratégica ao negócio.

Há muito a fazer de ambos os lados para melhorar esta realidade. Uma vez feita a mudança, as empresas já não encarariam a RS como um "apêndice" ao negócio, mas sim como parte integrante da sua estratégia e um factor de sustentabilidade adicional.



3.4.2. Voluntariado Empresarial

2001 foi o Ano Europeu do Voluntariado.

Um estudo experimental conduzido, nesse ano, pela Fundação Manuel Leão, envolvendo vinte médias e grandes empresas, apresentou as seguintes conclusões:

- As experiências de voluntariado não costumam ser valorizadas em processos de selecção, salvo no sector dos serviços e para o desempenho de lugares de chefia ou coordenação;
- As actividades que recebem maiores apoios são as relacionadas com: cooperação para o desenvolvimento, solidariedade, assistência social e humanitária, educação, formação, desporto e protecção ambiental.

Foi nesse ano que surgiram as primeiras iniciativas estruturadas de voluntariado empresarial em Portugal. A mais conhecida, “Mão na Mão” é coordenada pelo Grupo Portugal Telecom e envolve 17 empresas.

Algumas estatísticas do projecto “Mão na Mão” (Setembro 2001 - Abril 2004):

- 19 iniciativas;
- 1.483 voluntários;
- 17.146 horas de trabalho;
- 528 instituições;
- 97.315 beneficiários.

O Grupo Portugal Telecom lançou também um outro projecto, o “Aurora”, um banco do tempo para o voluntariado. Algumas estatísticas relativas a este projecto (até Abril 2004):

- 12 iniciativas;
- 218 voluntários;
- 2.620 horas de trabalho;
- 82 instituições;
- 13.658 beneficiários.

3.5. Parceiros de Negócio, Fornecedores e Consumidores

3.5.1. Desenvolvimento de Parcerias de Médio e Longo Prazo

Em Portugal, ao contrário do que acontece com outros países da Europa, os empresários são individualistas e aderem pouco a práticas de cooperação empresarial e partilha de informação.

Por outro lado, nem sempre as empresas portuguesas reconhecem as vantagens inerentes ao estabelecimento de relações comerciais duradouras com os fornecedores, como meio para alcançar níveis elevados e consistentes de desempenho e de poupança nos custos da não qualidade. É vulgar assistir-se à troca de um fornecedor, baseada apenas em questões de preço, em vez de se tentar negociar um acordo justo e equitativo com um fornecedor habitual.

Alguns fornecedores, pelo seu lado, após a obtenção de uma encomenda, tendem a não cumprir com as condições acordadas, nomeadamente em termos de qualidade e prazos de entrega.

Estimativas recentes indicam que apenas 25% das facturas são pagas dentro do prazo acordado.

Este clima relacional afecta necessariamente a produtividade da economia portuguesa no seu todo, à excepção de alguns sectores que emergiram como *clusters* em sectores específicos da agricultura, indústria e serviços.

Algumas das médias e grandes empresas de sucesso investem no desenvolvimento de redes de fornecedores que gravitam à sua volta, oferecendo contratos de longo prazo, financiando a formação profissional e proporcionando-lhes o acesso ao sofisticado ambiente tecnológico em que se movimentam. Esta atitude conduz a padrões de funcionamento mais elevados, que por sua vez, asseguram níveis de serviço mais elevados e consistentes.

3.5.2. Opção por Fornecedores Socialmente Responsáveis

Muitas empresas portuguesas de sectores como o têxtil, sobretudo na Zona Norte do país, trabalham em regime de subcontratação para grandes marcas estrangeiras.

Algumas das empresas subcontratantes, nomeadamente multinacionais europeias e americanas, começam a exigir a realização de auditorias sociais como requisito obrigatório para a manutenção dos contratos a montante na cadeia de valor.

Portugal foi um dos 37 países a subscrever a Declaração da OCDE sobre Investimento Estrangeiro e Empresas Multinacionais. O Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) é a entidade responsável pela difusão dos princípios nela consignados junto dos exportadores portugueses.

3.5.3. Marketing Responsável

O Decreto-Lei 330/90 de 23 de Outubro regula a actividade publicitária em Portugal.

Este mercado é dominado por um número reduzido de agências globais, que procuram seguir códigos de conduta relativamente exigentes. Alguns dos principais anunciantes também já têm os seus próprios códigos internos.

Em Novembro de 2003, a Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN) escolheu a “Comunicação Socialmente Responsável” como tema para o seu 14.º Encontro. A Associação desenvolveu um código de boas práticas e incentiva os seus associados a implementar regras de autocontrolo e a submeter antecipadamente as suas campanhas à verificação prévia do Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade. Este facto, é tomado em consideração, caso a campanha seja sujeita a algum tipo de intervenção por parte da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e Publicidade (CACMEP).

No início de 2004, a Associação Portuguesa de Profissionais de Marketing (APPM) lançou um projecto denominado “Marketing consciente e sustentável”, cuja fase de *call for papers* termina em Setembro, com um *Workshop* onde serão apresentados os melhores trabalhos. O projecto prevê ainda a edição de uma publicação sobre *marketing* sustentável.

Destacamos também a importância do Instituto do Consumidor (IC) e da Associação Portuguesa dos Direitos do Consumidor (DECO), que actuam como “polícias” do mercado.

A indústria de bebidas alcoólicas, por exemplo, reviu em Novembro de 2003 o seu Código de Conduta e estabeleceu que em todos os anúncios publicitários deve aparecer a frase “Seja responsável, beba com moderação”.

3.5.4. Acessibilidade

A consciência empresarial acerca dos problemas da acessibilidade para os portadores de deficiência é ainda relativamente recente. Os regulamentos neste campo nem sempre são respeitados nomeadamente em matéria de edifícios públicos. Actualmente, a maioria dos edifícios de escritórios já é projectada a pensar neste problema, mas em termos de habitação ainda há muito a fazer.

O princípio do desenho para todos (*design for all*) aplica-se tanto a projectos e construção de edifícios e espaços comuns onde as pessoas se movimentam como às características dos produtos disponíveis no mercado.

Figura 5: Símbolo de Acessibilidade na Internet



Relativamente aos produtos comercializados, o sector das telecomunicações, por exemplo, apresenta propostas interessantes, tais como telefones activados por voz ou apenas com um toque, páginas da *internet* com caracteres de grandes dimensões e um contraste de cores adequado para facilitar a leitura a pessoas com dificuldades de visão. O próprio Governo está atento à questão da acessibilidade informática, sendo cada vez mais os *sites* estatais que ostentam o respectivo símbolo (Figura 5).



3.6. Direitos Humanos

Como referimos no ponto 1.1.4. deste relatório, Portugal subscreveu todas as principais Convenções da OIT.

Portugal foi um dos primeiros países do Mundo a abolir oficialmente a escravatura, em 1878. No início do século XX, continuava, no entanto, a ser acusado de permitir a existência de condições de trabalho próximas da escravatura nas roças do cacau de S. Tomé, por exemplo. Tais práticas foram sendo progressivamente abandonadas, mas infelizmente, voltaram a reaparecer a partir dos anos 80, agora sob a forma de escravatura branca, relacionada com a prostituição e a toxicod dependência. As imigrantes ilegais vindas da Europa de Leste e do Brasil constituem os grupos mais vulneráveis, devido à sua situação precária, à qual se junta, no primeiro grupo, o desconhecimento da língua e a acção de redes criminosas internacionais.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 14, reconhece a igualdade de direitos para todos os cidadãos, independentemente da raça, sexo, orientação sexual ou religião. No entanto, os imigrantes, as mulheres, os portadores de deficiência e as minorias étnicas sofrem algumas formas de discriminação.

A liberdade sindical também está prevista na Constituição da República Portuguesa (artigo 55). O Código do Trabalho (artigos 475 a 505) regula os aspectos relativos aos sindicatos e ao direito de associação dos trabalhadores.

O artigo 55 do Código do Trabalho estabelece os 16 anos como idade mínima legal para trabalhar. Persistem, no entanto, formas de trabalho infantil na agricultura, pequeno comércio familiar e indústrias manufactureiras, que contribuem para as elevadas taxas de abandono escolar. As autoridades têm dificuldade em controlar este tipo de situações, actuando muitas vezes com base em denúncias de professores ou vizinhos.

O Código do Trabalho (artigo 24) proíbe o assédio sexual no acesso ao trabalho ou no local de trabalho.

3.7. Rótulos Sociais

Não temos conhecimento da existência de nenhuma iniciativa de rótulo social em Portugal, quer a nível nacional, quer regional ou local.

No entanto, é de referir que algumas empresas portuguesas do sector têxtil seguem o código de conduta internacional aprovado pela "Clean Clothes Campaign".

3.8. Iniciativa de Comércio Justo

A primeira loja de comércio justo em Portugal é inaugurada em Amarante em 1999. O conceito de "Comércio Justo" surge como uma alternativa ao comércio convencional e rege-se por valores não só económicos mas também éticos, que incluem aspectos sociais e ecológicos. O comércio justo cumpre determinados critérios, nomeadamente garantia de salário justo ao produtor, garantia de que o produtor aplica uma parte dos seus lucros na satisfação de necessidades básicas das suas comunidades (educação, saúde, formação profissional, etc.), estabelecimento de relações comerciais de longo prazo, pagamento de parte dos produtos antecipadamente, evita o recurso à exploração infantil e promove a participação na tomada de decisão, a igualdade de oportunidades e a protecção do meio ambiente.

A iniciativa de comércio justo é apoiada por ONGs locais, mas ainda é desconhecida do público em geral. No fim de 2003, existiam nove "Lojas do Mundo" espalhadas pelo país. Para além destas, algumas lojas de produtos biológicos e naturistas vendem também destes produtos. Apesar de não haver dados concretos sobre o volume de negócios movimentado, sabe-se que ele é ainda muito reduzido. As lojas desta rede estão associadas a uma estrutura de coordenação recentemente constituída.

Os líderes nacionais da iniciativa estão a preparar o lançamento de uma central de importação e distribuição e esperam que o número de lojas e o volume de vendas continue a aumentar nos próximos anos.

CAPÍTULO 4. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

4.1. Gestão dos Impactos Ambientais e dos Recursos Naturais

4.1.1. Minimização dos Impactos Ambientais

As empresas socialmente responsáveis esforçam-se por minimizar o impacto ambiental global resultante dos processos de fabrico e distribuição dos bens e serviços que comercializam. A escolha dos componentes utilizados ao nível dos materiais de embalagem, por exemplo, influencia decisivamente o nível de resíduos resultante.

Este tipo de preocupação tem vindo a ganhar importância, sobretudo entre as empresas com certificação ambiental ISO 14001 ou registadas no EMAS.

4.1.2. Abordagem do Ciclo de Vida do Produto

O conceito de ciclo de vida do produto é já conhecido da maioria dos responsáveis de marketing e de pesquisa e desenvolvimento das grandes empresas. No entanto, excepto no caso de existirem requisitos legais a cumprir, os critérios económicos tendem a sobrepor-se à consciência ambiental.

4.1.3. Rótulo Ecológico Europeu

Figura 6: Símbolo do Rótulo Ecológico Europeu



A consulta ao site www.eco-label.com realizada em Maio de 2004, revelou 43 produtos à venda em Portugal que ostentavam o rótulo ecológico europeu, fabricados por 18 empresas. Apenas 8 deles eram fabricados em Portugal, pelas seguintes 4 empresas: "Robbialac", "Dyrupe" e "Hempel", nas tintas de interior e "S.I.C.I. 93 Braga", no sector têxtil, a única PME do grupo, que comercializa a marca "Natura Pura".

Segundo a responsável pelo Gabinete Português do Rótulo Ecológico, está em fase avançada uma candidatura do sector do turismo, sendo de prever que a curto prazo outra empresa têxtil veja os seus produtos reconhecidos. Além destas, já manifestaram interesse empresas dos sectores do calçado e dos detergentes.

4.1.4. Poupança no Consumo dos Recursos Naturais

Para além de ser um tema importante em matéria de RS, a poupança de recursos naturais também constitui uma área de intervenção com reflexos positivos ao nível dos custos. As grandes empresas industriais começam a monitorizar de forma sistemática os seus consumos e a compará-los com as médias do sector e com as empresas mais eficientes. De facto, um bom relatório de RS não estará completo sem um conjunto de indicadores chave de desempenho (*Key Performance Indicators* ou *KPIs*) em matéria de consumos. Infelizmente, esta prática ainda está longe de ser dominante nos relatórios de empresas portuguesas que tivemos ocasião de consultar.

4.2. Preocupações Ambientais Globais

A legislação ambiental em Portugal é das mais exigentes da Europa, mas o grau de incumprimento é significativo. A maioria das leis nesta área é relativamente recente e os custos de implementação são elevados, nomeadamente para suportar financeiramente os custos de reconversão de unidades industriais antigas altamente poluentes. Como o custo social de encerramento das mesmas é muito elevado, a opção tem sido deixar que continuem a trabalhar, mesmo fora dos padrões legais.

O resultado reflecte-se no incumprimento sistemático das metas assumidas com a UE no que respeita à emissão gases de estufa, tratamento de efluentes e reciclagem de resíduos sólidos industriais e urbanos.



4.3. Práticas de Desenvolvimento Sustentado

Em 2001 foi lançado em Portugal o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS), versão portuguesa do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). No final de 2003, integravam o Conselho trinta e oito empresas, entre os quais, os principais grupos económicos e empresas instaladas em Portugal, incluindo os principais poluidores.

As grandes empresas portuguesas já perceberam que não poderão continuar a ser rentáveis no longo prazo se não preservarem os recursos naturais e desenvolverem relações construtivas com todas as partes interessadas.

CAPÍTULO 5. INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL (ISR)

5.1. Ratings Sociais

Não existem em Portugal *ratings* sociais.

Segundo informações fornecidas por um dirigente da Associação RSE, está em preparação, em parceria com o INDEG-ISCTE, um questionário de auto-avaliação para as grandes empresas. A Associação processará os dados recolhidos e divulgará os resultados entre as empresas participantes, apenas para efeitos de *benchmarking*.

A intenção não é lançar um *rating* social. Segundo os promotores, não faz muito sentido que as empresas compitam entre si em matéria de RS, dada a natureza do assunto em questão.

5.2. Fundos Éticos

Os investidores portugueses que pretendam aplicar as suas poupanças em fundos éticos, terão que canalizá-las para fundos estrangeiros. Efectivamente, ainda não existe esse tipo de fundos no mercado nacional, ao contrário do que sucede noutros países da UE.

5.3. Empresas listadas em Índices Sociais

A BRISA – Auto-estradas de Portugal é desde 2002 a única empresa portuguesa que integra o “*Dow Jones Sustainability Index*” (DJSI).

Em 2003 havia duas empresas cotadas no “*Financial Times 4 Good Index*” (FT4G): o BCP – Banco Comercial Português e o BPI – Banco Português de Investimento.

A Vodafone Telecel esteve listada nestes dois índices, mas foi retirada na sequência da OPA lançada sobre a empresa pelo Grupo Vodafone em 2003.

CAPÍTULO 6. ENQUADRAMENTO LEGAL DA RSE



A legislação relacionada com aspectos ligados à responsabilidade social das empresas é muito vasta e a sua listagem exaustiva não constitui objectivo deste relatório. Relativamente à legislação por que se rege o funcionamento do mercado de capitais, os documentos de referência são o Código das Sociedades Comerciais e o Código dos Valores Mobiliários. No *site* da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) existe uma compilação da legislação publicada em 2003 sobre o assunto.

Pela importância de que se reveste, damos maior relevância à publicação do novo Código do Trabalho – Lei 99/2003, de 27 de Agosto, que entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2003.

Alguns aspectos relativos à formação profissional, saúde, higiene e segurança no trabalho, acidentes de trabalho e outros ainda aguardam regulamentação.

O artigo 2 da citada Lei enumera a transposição total ou parcial para o nosso ordenamento jurídico de um conjunto de directivas comunitárias. Referimos, de seguida, aquelas que nos parecem mais directamente relacionadas com o âmbito deste relatório:

- 75/117/CE – Igualdade de remuneração entre os trabalhadores de ambos os sexos;
- 76/207/CE – Igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho (alterada pela Directiva 2002/73);
- 92/85/CE – Saúde e segurança no trabalho das grávidas, puérperas ou lactantes;
- 94/33/CE – Protecção dos jovens no trabalho;
- 94/45/CE – Instituição de um conselho de empresa europeu nas empresas/grupos de dimensão comunitária;
- 96/34/CE – Licença parental;
- 97/80/CE – Ónus da prova nos casos de discriminação baseada no sexo;
- 97/81/CE – Trabalho a tempo parcial;
- 98/59/CE – Despedimentos colectivos;
- 99/70/CE – Contratos de trabalho a termo;
- 2000/43/CE – Igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica;
- 2000/78/CE – Quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e actividade profissional;
- 2001/23/CE – Direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas ou estabelecimentos.

6.1. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

A segurança, higiene e saúde no trabalho são tratadas no Capítulo IV do Código do Trabalho, que ainda não foi regulamentado. Estabelece princípios gerais e descreve as obrigações do empregador e do trabalhador, o processo de informação e consulta aos trabalhadores e a formação mínima exigida nesta área. O empregador tem de providenciar a existência dos respectivos serviços para todos os trabalhadores.

O Capítulo V versa sobre os acidentes de trabalho. Estes são definidos de forma abrangente, de molde a cobrir todas as situações relacionadas com o trabalho e o local de trabalho, incluindo os acidentes *in itinere*. A Lei protege cidadãos estrangeiros a trabalhar em território português, mas exclui os voluntários que trabalhem a título ocasional para organizações sem fins lucrativos.

O direito a indemnização é inalienável e o empregador tem algumas obrigações em matéria de reabilitação e ocupação em caso de incapacidade originada por acidentes de trabalho ou qualquer tipo de doença.

O empregador também é obrigado a transferir para uma seguradora a responsabilidade de indemnização.

As doenças profissionais (Capítulo VI) regem-se pelos mesmos artigos que os acidentes de trabalho, mas têm algumas regras adicionais.

6.2. Balanço Social

A Lei n.º 141/85, de 14 de Novembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 9/92, de 22 de Janeiro, instituiu a obrigatoriedade para as empresas com 100 ou mais trabalhadores de elaborar um Balanço Social, a enviar em formulário próprio ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST), destinado a tratamento estatístico. Na prática, o seu preenchimento é frequentemente encarado como uma tarefa burocrática rotineira e a informação recolhida nem sempre é aproveitada como ferramenta de gestão.

O formulário é composto por cinco capítulos:

- 1) Nível de emprego;
- 2) Custos com pessoal;
- 3) Higiene e segurança;
- 4) Formação profissional;
- 5) Benefícios sociais voluntários.

6.3. Formação Profissional

O Código do Trabalho estabelece obrigações para o empregador e o Estado no âmbito da promoção da formação profissional dos jovens que entram na vida activa (artigo 54).

Os artigos 123 a 125 descrevem os princípios gerais da formação profissional, os seus objectivos e os requisitos mínimos de formação contínua: pelo menos 10% dos trabalhadores com contrato sem termo devem ter um mínimo de 20 horas de formação por ano (sobe para 35 horas a partir de 2006).

O artigo 137 determina expressamente que todos os empregados com contrato a termo certo têm direito a uma percentagem de tempo de formação que aumenta com a duração do contrato, até alcançar um máximo de 3%, ao fim de três anos.

6.4. Protecção das Mulheres, Minorias e Portadores de Deficiência

No Secção II do Capítulo I do Título II, o Código do Trabalho apresenta um conjunto de artigos (15.º a 90.º) que determinam direitos de personalidade, igualdade e não discriminação em geral e de género em particular, protecção da maternidade e da paternidade, trabalho de menores, trabalhadores com capacidade reduzida, com deficiência ou doença crónica, estudantes trabalhadores e trabalhadores estrangeiros. Cada um dos grupos referidos goza de um tipo de protecção especial.

Para além da licença de parto (120 dias para a mãe e 15 dias para o pai), o Estado não apoia financeiramente a maioria das faltas por motivo de assistência a familiares, nem a opção por trabalho a tempo parcial, o que na prática leva a que muitos dos direitos previstos na Lei acabem por não ser, de facto, utilizados.

6.5. Investimento Socialmente Responsável e Fundos de Pensões

Num estudo realizado junto de gestores europeus de Fundos de Investimento, analistas financeiros e responsáveis por relações com investidores, produzido pela *CSR Europe*, pela *Deloitte Consulting* e pela *Euronext*, o volume total de activos integrados nos chamados "Fundos Éticos" em Junho de 2003 foi estimado em 12 biliões de Euros.

Em Portugal, ao contrário do que acontece na maioria dos restantes países da UE 15, este tipo de fundos não está disponível. A ausência de legislação que obrigue as sociedades gestoras de fundos de pensões a assumir políticas de Investimento Socialmente Responsável (ISR) certamente não contribui para que soprem ventos de mudança nesta matéria em Portugal.

Relativamente ao mercado português de Fundos de Pensões, este surgiu em meados da década de 80. No Quadro 3 apresentamos alguns dados estatísticos publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP).



Quadro 3: Estatísticas sobre Fundos de Pensões em Portugal – 2001

DESCRITIVO	#
Total de contribuições (10 ³ €):	2.170.046
Valor das pensões pagas (10 ³ €):	839.619
Beneficiários de fundos de pensões:	105.627
Participantes:	283.244
Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões:	30 (das quais 17 são seguradoras)
Fundos de Pensões existentes:	236 (dos quais 86 são geridos por seguradoras)

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

No Quadro 4 apresentamos também alguns dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos à protecção social em Portugal em Dezembro de 2001:

Quadro 4: Protecção Social em Portugal – Dezembro de 2001

	DESCRITIVO	#
1)	Total de beneficiários de pensões de velhice e sobrevivência	2.171.643
	- Velhice (contribuintes para a segurança social):	1.556.780
	- Sobrevivência (não contribuintes)	614.863
2)	Total de beneficiários de pensões de doença	1.079.837
	- Subsídio de doença	521.907
	- Pensão de invalidez	357.327
	- Outros	200.603
3)	Total de beneficiários de subsídio de desemprego	337.100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

CAPÍTULO 7. INICIATIVAS NACIONAIS DE APOIO À RSE

7.1. Apoios Financeiros às Certificações Sociais e Ambientais

Os encargos com processos de certificação nas áreas da qualidade, ambiente, higiene, saúde e segurança no trabalho são elegíveis, dentro de certos limites, para apoio financeiro do Estado através do Programa “PRIME” do Ministério da Economia. Este tipo de apoios ainda não abrange as certificações de Responsabilidade Social, tais como a SA 8000.

7.2. Benefícios Fiscais sobre os Donativos

De acordo com a Lei do Mecenato (Decreto-Lei nº 74/99, de 16 de Março e respectivas alterações), os donativos de pessoas singulares ou colectivas a favor do Estado, de Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras instituições de utilidade pública, bem como a entidades ou projectos elegíveis para efeitos desta Lei, sejam de natureza educativa, cultural, social, ambiental, científica, tecnológica ou desportiva, são dedutíveis para efeitos fiscais numa percentagem que oscila genericamente entre 120 e 140% do valor doado, até ao máximo de 0.5% do rendimento (em certos casos pode ir até 0.8%).

7.3. Prémios de RSE

7.3.1. EXAME – Prémio de Boas Práticas de Responsabilidade Social das Empresas

Em Abril de 2003, a revista “Exame” publicou pela primeira vez um “Guia das Empresas Socialmente Responsáveis”. Este Guia incluía um “Top 10”, seguido por uma ficha de cada uma destas empresas em que eram descritas as suas políticas e actividades a nível social e ambiental. A avaliação foi feita de acordo com uma ferramenta de análise desenvolvida pelo Instituto Ethos (Brasil), tendo os resultados sido avaliados por um júri, juntamente com a análise das acções empreendidas. O caderno era completado com entrevistas aos membros do júri e uma descrição de 37 projectos sociais relevantes.

Quadro 5: Guia das Empresas Socialmente Responsáveis 2003 ⁽¹⁾

EMPRESA*	SECTOR	PAÍS DE ORIGEM
Auchan	Distribuição	França
British Petroleum	Petróleos	Reino Unido
DHL	Correio Expresso	Estados Unidos da América
Hewlett-Packard	Informática	Estados Unidos da América
HUF	Fechaduras electrónicas	Alemanha
IBM	Informática	Estados Unidos da América
Novadelta	Café	Portugal
Siemens	Electrónica	Alemanha
Somague	Construção	Portugal (até 2003)
Xerox	Equipamentos de escritório	Estados Unidos da América

(1) Por ordem alfabética.

Fonte: Revista “Exame”, Abril 2003.

7.3.2. CITE – “Prémio Igualdade é Qualidade”

A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) organiza um prémio anual destinado a reconhecer boas práticas empresariais a favor da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e da conciliação entre as responsabilidades profissionais e familiares. Desde a sua criação em 2000, já reconheceu 23 empresas. Em 2003, a vencedora foi a “Grohe Portugal”, fabricante de torneiras, filial do Grupo alemão com o mesmo nome. Duas PME's obtiveram menções honrosas, a “Luízes Representações” e a “Grafe Publicidade”, esta última pela segunda vez.



7.3.3. IDICT – Prémio “Prevenir mais, para Viver melhor no Local de Trabalho”

O Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) lançou em 2003 um prémio anual denominado “Prevenir mais, para Viver melhor no Local de Trabalho”, cujo objectivo é reconhecer publicamente as organizações ou indivíduos que em cada ano se distingam nos domínios da inovação e das boas práticas na promoção de melhores condições de trabalho e na prevenção de acidentes de trabalho. O regulamento para 2004 e a lista dos vencedores em 2003 podem ser consultados no endereço: www.idict.gov.pt. Podem candidatar-se empresas, escolas e serviços públicos.

7.4. Índices Sociais

Não temos conhecimento da existência de Índices (*ratings*) Sociais em Portugal.

7.5. Iniciativas Regionais ou Locais

Apenas temos conhecimento de uma iniciativa regional relevante, destinada a promover a responsabilidade social das PME's e micro-empresas do distrito de Évora. Trata-se do “Prémio Empresa Cidadã”, integrado no projecto “Todo o Terreno”, apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL, e promovido por uma parceria de desenvolvimento estabelecida entre a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, a Cooperativa Agrícola CARMIM e o Centro de Emprego de Évora. A fase de candidatura decorre entre Maio e Junho, devendo as empresas candidatas, preencher um questionário de auto-avaliação, que será depois avaliado por um júri. No final, serão entregues prémios às melhores empresas e publicado um Guia para a Responsabilidade Social nas PME's e Micro-empresas.

Sabemos, também, que algumas Câmaras Municipais abordam empresas nelas sediadas no sentido de ajudar a suprir necessidades concretas de instituições sociais da sua zona. A Câmara de Oeiras, com o seu Programa “Oeiras Solidária”, lançado em Setembro de 2003, constitui um exemplo a seguir.

CAPÍTULO 8. OUTRAS INICIATIVAS DE RS

8.1. Marketing relacionado com Causas

O *marketing* relacionado com causas está a evoluir rapidamente em Portugal.

Não temos conhecimento da existência de estatísticas acerca da penetração deste tipo de campanhas e produtos, mas é evidente que o seu peso e notoriedade têm vindo aumentar nos últimos anos. Apresentamos, de seguida, uma lista necessariamente incompleta, que inclui apenas os casos de que tivemos conhecimento e que mais despertaram a nossa atenção, no ano de 2003.

Quadro 6: Principais Iniciativas no âmbito do Marketing relacionado com Causas em 2003

EMPRESA	SECTOR	BENEFICIÁRIOS	ÁREA INTERVENÇÃO
Auchan & outras	Distribuição	Banco Alimentar contra a fome	Combate à fome
Delta	Café	Agricultores de Timor-Leste	Desenvolvimento sustentável
Jazztell	Telecomunicações	Ajuda de berço	Construção do site + Campanha "Tudo a clicar"
Swatch	Relógios	Ajuda de berço	Swatch fraldinhas: construção de uma nova casa
Canais de TV e vários Bancos		Bombeiros e vítimas dos incêndios	Vaga de incêndios no Verão de 2003

8.2. Estudos sobre RS (2000 - 2003)

Nesta matéria, merecem particular destaque dois projectos de investigação realizados a nível europeu e que abrangeram Portugal:

- Em 2000, o projecto "*European Attitudes towards Social Responsibility*", conduzido pela *Market & Opinion Research International (MORI)*", para a CSR Europe (12.162 entrevistas, das quais 1.019 em Portugal);
- Em 2001, o estudo "*European SMEs, Social and Environmental Responsibility*", publicado no volume 4/2002 do 7.º relatório global sobre PME, conduzido pelo "Observatório Europeu das PMEs". O inquérito abrangeu 7.600 PMEs europeias, centrou-se na dimensão externa da Responsabilidade Social e está dividido em duas partes: social e ambiental.

Mais recentemente, sobretudo nos dois últimos anos, cada vez mais Universidades, ONGs, empresas de estudos de mercado e de consultoria se têm vindo a interessar-se pelo estudo da RS em Portugal, embora com trabalhos realizados em menor escala. No Quadro 7, apresentamos uma lista, mais uma vez, necessariamente não exaustiva, com o nome/descrição dos trabalhos, que tivemos conhecimento, realizados ou em curso, nesta área temática, desde 2001.



Quadro 7: Principais estudos sobre RS realizados em Portugal (2001-2003)

ANO	NOME / DESCRIÇÃO	TIPOLOGIA	ENTIDADES
2001	Voluntariado empresarial em Portugal	Breve estudo exploratório (20 empresas)	Fundação Manuel Leão
2002	Investimento socialmente responsável e desempenho de fundos de investimento	Projecto de investigação científica	Universidade do Minho
2002	Gestão ética e responsabilidade social das empresas Um estudo da situação portuguesa	Estudo exploratório (123 empresas)	Universidade de Aveiro Univversidade Católica (Porto) / AEP
2003	A responsabilidade social da empresa e a formação	Caderno temático	Fundação Manuel Leão / AEP
2003	Na senda do consumidor socialmente responsável	Estudo exploratório	Spirituc Marketing
2003	Critérios éticos, responsabilidade social e ambiental na banca	Estudo informal	OIKOS (ONG)
2003 ⁽¹⁾	A percepção da responsabilidade social em Portugal	Estudo de mercado multi-sectorial qualitativo	Sair da Casca / Multivária
2003 ⁽¹⁾	Soluções de gestão – O desafio do desenvolvimento sustentável	Estudo exploratório (35 grandes empresas)	Deloitte Consulting
2003 ⁽²⁾	Desenvolvimento de um modelo de rating social para as empresas portuguesas	Tese de Mestrado	ISCTE

(1) Apresentado em 2004.

(2) Em curso.

8.3. Organizações que se dedicam à RSE

A *Talentum* foi a primeira empresa portuguesa de consultoria a oferecer serviços específicos na área da RS, tendo em 1997 integrado a antiga Rede Europeia de Coesão Social (EBNSC), que mais tarde haveria de dar lugar à *CSR Europe*.

No ano seguinte, surgiu a PEC – Parcerias Empresariais e Consultoria, uma micro empresa cuja missão era estabelecer a ligação entre as empresas e a sociedade civil. A PEC cessou actividade em meados de 2003, na sequência do regresso aos Estados Unidos da sua fundadora, Norma Lehmann.

EM 2000, a PEC contribuiu para o aparecimento do Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE), uma organização informal de empresas, na sua maioria multinacionais, unidas pelo desejo de serem activas neste domínio e de passarem a mensagem a outras.

Em 2001 nasceu o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS/BCSD), ramo português do *Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*, do qual fazem parte algumas das maiores empresas a operar em Portugal.

Mais tarde, em 2003, um grupo de pessoas ligadas à *Talentum* e lideradas pelo Prof. Fernando Ribeiro Mendes, criou a Associação RSE Portugal, cuja missão é promover e disseminar a temática da responsabilidade social das empresas a nível nacional. A RSE é o parceiro nacional da *CSR Europe*.

No Quadro 8, apresentamos uma lista das organizações sem fins lucrativos que se dedicam à temática da RS das quais obtivemos informação, indicando o número de empresas associadas de cada uma à data de 31 de Dezembro de 2003.

Quadro 8: Organizações que se dedicam à RSE em Portugal – Dezembro de 2003

ANO DE INÍCIO	NOME	TIPOLOGIA	# EMPRESAS ASSOCIADAS *
2000	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE)	Associação empresarial sem fins lucrativos	12
2001	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS/BCSD Portugal)	Associação empresarial sem fins lucrativos (braço português do WBCSD)	38
2003	Associação RSE Portugal	Associação sem fins lucrativos (parceiro nacional da <i>CSR Europe</i>)	11

* Total: 61 Empresas (algumas empresas pertencem a mais do que uma das organizações listadas).

Temos conhecimento da existência de pelo menos cinco empresas de consultoria especializadas na área de RS, dado que revela a crescente importância desta temática. Algumas das grandes consultoras internacionais presentes em Portugal e das principais sociedades de advogados ligadas ao mundo dos negócios estão também atentas a esta matéria.

8.4. Principais Eventos relacionados com RSE em 2003

O aumento do número de eventos organizados e da quantidade de pessoas que a eles tem ocorrido testemunham o aumento da importância do tema da RS em Portugal.

Antes de 2003, os eventos sobre RS eram escassos e atraíam pouco público, mas a situação, nesse ano, alterou-se de forma notória. De acordo com as pesquisas efectuadas para este relatório, em 2003, houve pelo menos 20 diferentes eventos, mobilizando cerca de 2.500 participantes. Os mais relevantes ocorreram nos últimos oito meses do ano e são apresentados no Quadro 9.

Quadro 9: Principais Eventos relacionados com a RSE em 2003

DATA	TÍTULO	ORGANIZADOR	# PARTICIPANTES*
9 Maio	Competitividade e responsabilidade social (Road Show da Campanha <i>CSR Europe</i>)	Associação RSE Portugal (Parceiro Português da <i>CSR Europe</i>)	200
16/17 Junho	Responsabilidade social das organizações	Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST)	220
3 Julho	Em busca da excelência sustentável	Associação Portuguesa de Certificação (APCER) / Associação Empresarial de Portugal (AEP)	600
6 Novembro	Comunicação empresarial socialmente responsável	Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN)	60
11/12/13 Novembro	Qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social	Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ)	250
11 Novembro	Cidadania, emprego e participação	Associação Industrial Portuguesa (AIP)	300
24/25 Novembro	Responsabilidade social e globalização (Conferência internacional)	FÓRUM DC Magazine	80

* Número aproximado, fornecido pela organização ou estimado no local.

8.5. Cobertura da RSE pelos Media em 2003



A RSE tem sido um tema bastante debatido nos últimos tempos, sobretudo pela negativa: a crise da *Enron/Andersen* nos EUA, em 2002 e o desastre do *“Prestige”* na Galiza, em 2003, contribuíram decisivamente para que os *media* nacionais se interessassem pelo assunto.

Embora não disponhamos de um serviço temático de recolha de notícias, pudemos constatar a existência de um *boom* de notícias sobre o tema em 2003. A RSE foi duas vezes capa da revista *“Exame”*. Em Abril, com a publicação do *“Guia das empresas socialmente responsáveis”* e em Outubro, com o tema *“A sua empresa é ética? E você?”*.

Jornais semanários de prestígio, como o *“Expresso”* e o *“Semanário Económico”* publicaram entrevistas e artigos de opinião e o *“Semanário Económico”* editou uma separata sobre sustentabilidade, em quatro volumes, durante os meses de Verão.

As estações de rádio e televisão e os jornais diários deram uma cobertura significativa aos principais eventos realizados, nomeadamente conferências, *workshops* e iniciativas de voluntariado empresarial.

Em Dezembro de 2002 a Novadelta tornou-se a primeira empresa portuguesa a obter a certificação de responsabilidade social SA 8000 e tornou-se uma referência incontornável da RS em Portugal e um exemplo mundial de boas práticas. Desde então, a empresa tem recebido uma boa dose de atenção por esse motivo.

O estudo *“Percepção da RS em Portugal”* acima referido, revela que os jornalistas estão menos familiarizados com o tema do que as empresas em geral. Os jornalistas afirmam que os escândalos são mais susceptíveis de se tornar notícia do que as boas práticas empresariais, na medida em que o interesse do público se centra mais no lado negativo da sua actuação. Queixam-se também de que as empresas não dão informação suficiente e dos receios que têm de estar a ser manipulados por algumas empresas, que apenas divulgam os aspectos positivos da sua actividade.

O mesmo estudo apresenta um interessante quadro resumo descrevendo a forma como cada um dos sectores – empresas, comunicação social, terceiro sector, sindicatos e entidades governamentais – se vê a si próprio e aos outros, no qual é visível que cada um deles fala a sua própria linguagem e tem dificuldade em entender a dos outros.

CAPÍTULO 9. OPORTUNIDADES E OBSTÁCULOS À RSE

A informação apresentada neste capítulo provém de duas fontes principais, a que chamaremos simplesmente Estudo 1 e Estudo 2, ambos já atrás referenciados no Capítulo 8.2. O primeiro tem abrangência europeia e o segundo apenas nacional, apesar de ter sido realizado recorrendo à tradução de um questionário já aplicado em Espanha:

Estudo 1: *“European SMEs and Social and Environmental Responsibility”*, estudo publicado no volume 4/2002 do 7.º relatório global sobre PME, conduzido pelo “Observatório Europeu das PMEs” (2001), abrangendo 7600 Micro e PMEs europeias (não temos informação acerca da dimensão da amostra nacional);

Estudo 2: *“Gestão ética e responsabilidade social das empresas – Um estudo da situação portuguesa”*, estudo exploratório conduzido pela Universidade de Aveiro, pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (Porto) e pela Associação Empresarial de Portugal (2002). Responderam ao questionário 123 empresas, 80% das quais PMEs. Os resultados estão publicados num livro com o mesmo nome, da autoria de Arménio Rego, José Manuel Moreira e Cláudia Sarrico, editado pela “Principia” em Setembro de 2003.

9.1. Principais Motivações das Empresas para serem Activas no Campo da RS

Segundo os dados apresentados pelo Estudo 1, as principais razões pelas quais as PMEs portuguesas afirmam ser socialmente activas são a ética (44%) e a melhoria das relações com a comunidade / poderes públicos (39%).

No que respeita à responsabilidade ambiental, o cumprimento da lei, a redução de custos, a melhoria da imagem e a pressão exercida pelos clientes são as principais motivações.

De acordo com os resultados do Estudo 2, à pergunta “O que deve levar a organização a assumir responsabilidades sociais”, 56.1% respondeu “É isso que se deve fazer” e 34.6% “É uma boa estratégia”. As vantagens comerciais (5.5%) e a rentabilidade (3.5%) foram as opções menos escolhidas.

9.2. Benefícios Identificados pelas Empresas

Segundo o Estudo 1, os principais benefícios identificados foram a melhoria das relações com a comunidade / poderes públicos (40%, a taxa mais elevada na UE 15, confirmando a elevada importância das relações pessoais na forma de fazer negócios em Portugal) e uma melhoria na lealdade dos clientes (33%). No entanto, muitas empresas afirmaram não ser capazes de identificar benefícios concretos (36%).

As PMEs europeias dividem-se claramente em dois grupos de dimensão semelhante. De um lado, empresas socialmente activas, onde predominam as mais antigas, as que crescem a um ritmo elevado, as mais inovadoras ou que fornecem produtos de alta qualidade. Do outro lado, empresas que não acreditam nas virtudes da RSE.

70% das empresas afirma tencionar manter a sua postura actual, 14% prevê aumentar o grau de envolvimento e 7% diminuí-lo.

9.3. Barreiras Existentes ao Envolvimento em Actividades de RS



Segundo os dados apresentados pelo Estudo 1, as principais barreiras identificadas ao envolvimento social foram:

- 24% - Falta de informação sobre o tema (sobretudo entre as mais pequenas);
- 19% - Falta de tempo;
- 17% - Falta de ligação entre o negócio e a RSE;
- 16% - Falta de dinheiro (sobretudo entre as mais pequenas).

A falta de apoio praticamente não foi referida.

No que respeita à responsabilidade ambiental, as principais barreiras referidas foram a falta de recursos humanos e financeiros, atitude, cultura de empresa e falta de informação. Nesta matéria, o estudo não apresenta resultados desagregados por país.

Nas conclusões do estudo é referida a falta de pesquisa específica sobre as PME's e são apontadas algumas das áreas onde ela poderia ser útil. Também se sugere quais as áreas onde os poderes públicos poderiam actuar.

O Estudo 2 fornece informações importantes sobre as empresas portuguesas, que poderão vir a ser muito úteis para as próximas fases do projecto "Promoting Social Responsibility in Small and Medium Size Enterprises" no âmbito do qual se insere o presente relatório.

Os quadros que, de seguida, apresentamos, foram retirados e adaptados do Estudo 2.

Quadro 10.1: Gestão Ética e RSE - Estudo da Situação Portuguesa – Papel da UE

1. PAPEL DA UNIÃO EUROPEIA: ACÇÕES A EMPREENDER PARA FOMENTAR A RSE	MAIS URGENTE	MAIS IMPORTANTE A M.L. PRAZO	COM MAIOR IMPACTO
Elaborar um quadro geral europeu (norma voluntária) para promover a transparência e as boas práticas em matéria de RS	25 %	26 %	14 %
Fomentar a troca de informação sobre boas práticas de avaliação e controlo da RSE	11 %	21 %	5 %
Fomentar experiências piloto nas empresas	12 %	12 %	17 %
Subsidiar a implementação de estratégias de RS	6 %	8 %	16 %
Lançar campanhas de sensibilização e organizar fóruns de debate	11 %	9 %	36 %
Fomentar programas de formação, actualização / reciclagem em RS para empresários e dirigentes	35 %	24 %	12 %

Fonte: Rego, A., Moreira, J.M., e Sarrico, C., "Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas: um Estudo da Situação Portuguesa", Principia, 2003 (Adaptação).

Quadro 10.2: Gestão Ética e RSE – Estudo da Situação Portuguesa – Nível dos Encontros

2. NÍVEL A QUE DEVIAM REALIZAR-SE OS ENCONTROS ENTRE AS EMPRESAS E OS SEUS INTERLOCUTORES PRINCIPAIS	TOTAL
Internacional	32 %
Nacional	39 %
Regional	24 %
Local	5 %

Fonte: Rego, A., Moreira, J.M., e Sarrico, C., "Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas: um Estudo da Situação Portuguesa", Principia, 2003 (Adaptação).

Quadro 10.3: Gestão Ética e RSE – Estudo da Situação Portuguesa – Tipo de Encontros

3. OS ENCONTROS DEVERIAM SER FEITOS	< 250 COLABORADORES	> 250 COLABORADORES
Sectorial	53 %	35 %
Multi-sectorial	47 %	65 %

Fonte: Rego, A., Moreira, J.M., e Sarrico, C., "Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas: um Estudo da Situação Portuguesa", Principia, 2003 (Adaptação).

Quadro 10.4: Gestão Ética e RSE – Estudo da Situação Portuguesa – Ferramentas de Avaliação

4. A AVALIAÇÃO DA RSE DEVERIA SER FEITA ATRAVÉS DE	TOTAL	< 100 COLABORADORES
Uma Norma ética do tipo ISO (certificação)	43 %	38 %
Normas mais flexíveis, por sector ou área geográfica	57 %	62 %

Fonte: Rego, A., Moreira, J.M., e Sarrico, C., "Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas: um Estudo da Situação Portuguesa", Principia, 2003 (Adaptação).

Quadro 10.5: Gestão Ética e RSE – Estudo da Situação Portuguesa – Principal Prática

5. PRINCIPAL PRÁTICA QUE PERMITE ÀS EMPRESAS ASSUMIR E GERIR A SUAS RS	TOTAL	< 250 COLABORADORES
Sistemas de gestão (ambientais ou de prevenção de riscos)	32 %	50 %
Código de conduta / Princípios de negócio	22 %	20 %
Investimento socialmente responsável	20 %	15 %
Procedimentos formais de natureza social e ecológica	10 %	15 %
Ações de solidariedade e contribuições para ONGs	8 %	0 %
Comités de ética	4 %	0 %
Relatórios de sustentabilidade	4 %	0 %

Fonte: Rego, A., Moreira, J.M., e Sarrico, C., "Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas: um Estudo da Situação Portuguesa", Principia, 2003 (Adaptação).

9.4. Conclusões

A atitude, de uma maneira geral, e a falta de informação sobre os assuntos, em particular, aparecem como denominador comum em matéria de responsabilidade social e ambiental das empresas, sobretudo ao nível das PME's.

Esta conclusão reforça a importância da implementação de campanhas de informação sobre RSE em Portugal, bem como a necessidade de elaborar conteúdos formativos e promover ações de formação nestas áreas, destinadas a empresários e dirigentes, principalmente das PME's, aos organismos do Estado e ao terceiro sector.

INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO DE RS (KPIs) 2003 ¹



INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO DE RS (KPIs)		# PORTUGAL
1	Certificações ISO 14001	243
2	Registos no EMAS	14
3	Certificações OSHAS 18001	54
4	Certificações SA 8000	1
5	Relatórios não financeiros publicados ²	25 +
6	Casos de estudo listados na página "Smekey" da CSR Europe ³	0
7	Rótulos sociais / de comércio justo	0
8	Volume de negócios da rede de Comércio Justo; # lojas	n.d.; 9
9	Produtos com o rótulo "Eco-label" produzidos; disponíveis	8; 43
10	Organizações locais dedicadas à RSE; # empresas associadas	3; 61
11	Eventos relevantes sobre RSE; # pessoas envolvidas	20; 2500
12	Iniciativas relevantes de envolvimento com a Comunidade	2
13	Doutoramentos, Mestrados e Pós-Graduações sobre RS	1
14	Estudos realizados sobre RSE (# de estudos)	9
15	Cobertura da RSE pelos Media	Razoável, crescente
16	Prémios de RSE	3
17	Empresas de consultoria especializadas em RSE	5
18	% de contratos de trabalho sem termo	79
19	% de mulheres na população activa	46
20	Média de horas trabalhadas por semana	36.9
21	Taxa de incidência de acidentes de trabalho mortais (por 1000)	9.7
22	% de custos com saúde e segurança sobre custos com pessoal ⁴	0.8
23	Horas médias de formação/empregado/ano	4.8
24	% de pessoas envolvidas em acções de formação	18.8
25	Peso da protecção social complementar nos custos com pessoal ⁵	15.2 %

¹ Excepto onde indicado

² Fonte: www.corporateregister.com

³ Fonte: www.smekey.org/reports/default.asp

⁴ Fonte: Balanço Social Nacional – Relatório do ano 2000 (empresas com 100+ trabalhadores)

⁵ Fonte: Balanço Social Nacional – Relatório do ano 2000 (empresas com 100+ trabalhadores)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONOGRAFIAS

- AcountAbility, "National Corporate Responsibility Index", 2004;
- AEP / Fundação Manuel Leão, "A Responsabilidade Social da Empresa e a Formação", 2003;
- "Código do Trabalho", Lei 99/2003, 27 de Agosto de 2004;
- Comissão Europeia – Emprego e Assuntos Sociais, "Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas – Livro Verde", 2001;
- Conselho Económico e Social, "Parecer de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social das Empresas", Janeiro 2003;
- CSR Europe, "It simply works better! – Campaign Report on European CSR Excellence 2003-2004: Making Stakeholder Engagement Work", 2004;
- CSR Europe, Deloitte, Euronext, "Investing in Responsible Business", Survey, 2003;
- European Commission – Employment and Social Affairs, "Social Situation in the EU", 2003,
- Eurostat, "European Union Labour Force Survey", 2002;
- Horta e Costa, M., "Voluntariado na Portugal Telecom", comunicação apresentada numa conferência sobre "Voluntariado Empresarial" promovida pelo CNPV – Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, 2004 (não publicada);
- IAPMEI - Gabinete de Estudos, "Estrutura Empresarial Nacional", 2002;
- Instituto Nacional de Estatística, "Estatísticas de Emprego", 2003;
- Jornal "Expresso", Edição 1644, 1 de Maio de 2004;
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho, "Relatório do Balanço Social Nacional", 2000;
- MORI, "The first ever European Survey of Consumers' attitudes towards Corporate Social Responsibility", 2000;
- Observatory of European SMEs, "Report 2002/No 4 – European SMEs and Social and Environmental Responsibility", 2002;
- Rego, A., Moreira, J.M., e Sarrico, C., "Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas: um Estudo da Situação Portuguesa", Principia, 2003;
- Ribeiro Mendes, F., "Responsabilidade Social da Empresa", comunicação apresentada numa conferência promovida pela Fundação Oriente, 2003 (não publicada);
- Sair da Casca / Multivária, "A Percepção da Responsabilidade Social em Portugal", 2004.

SÍTIOS WEB

- <http://conventions.coe.int/Default.asp>
- <http://www.icap.pt/site/index.php>
- www.apan.pt/not.php?ID=196
- www.appm.pt/newsletter_200402.html
- www.cite.gov.pt/
- www.corporateregister.com
- www.eco-label.com
- www.europa.eu.int/comm/eurostat/
- www.idict.gov.pt
- www.ine.pt
- www.smekey.org/reports/default.asp
- www.transparency.org/



Leonardo da Vinci Pilot projects

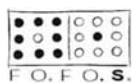
Projecto financiado com o apoio da Comissão Europeia. A informação contida nesta publicação vincula exclusivamente o autor, não sendo a Comissão responsável pela utilização que dela possa ser feita.

Promoter



Centro de Formação Profissional
para o Comércio e Afins

Partners



Huesken & De Pree
training and consultancy

